



# Expresso

DIRECTOR FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

SUB DIRECTORES AUGUSTO DE CARVALHO/MARCELO REBELO DE SOUSA

Rua Duque de Palmela, 37-2.º Dt.º telfs. 535968/9 - 572569 - Lisboa

24 horas em notícia

## Governo pede à A.R. autorização para legislar sobre a função pública

O GOVERNO pediu à Assembleia da República autorização legislativa para elaborar decretos-lei referentes a várias matérias com relevo para a Administração Interna e Habitação. Estes decretos-lei incluem designadamente matéria relativa à função pública, em particular ao reajustamento de vencimentos do funcionalismo público.

O ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Braz reuniu já em S. Bento com a Comissão Permanente da Assembleia da República, para expor o ponto de vista do Governo quanto à urgência da autorização legislativa, urgência essa imposta pela promessa governamental de legislar sobre vencimentos da função pública até 1 de Janeiro de 1977.

Segundo círculos bem informados, as objecções mais fortes à pretensão do Governo teriam partido do PSD, que, pela boca de Sêrvulo Correia, teria chegado a sugerir que o Governo apresentasse conjuntamente com o pedido de autorização legislativa o texto dos projetos de decreto-lei a aprovar. A posição do CDS foi mais atenuada — discordando — em princípio da autorização legislativa, teria na disposição de apreciar os casos concretos. Mais malévolo foi a posição do PCP.

## Angola quer Pão de Açúcar

SEGUNDO FONTES bem informadas, as autoridades de Angola estariam interessadas na retomada da gestão da empresa Africados — África Super-Mercados por parte do Grupo Pão-de-Açúcar português.

Aquela empresa, que dispõe de um moderno hiper-mercado em Luanda, inaugurado em 1973, poderá absorver mão-de-obra qualificada portuguesa e contribuir para intensificar as trocas comerciais entre os dois países. Saliente-se que as acções dos Africados estão divididas da seguinte forma: Grupo Pão-de-Açúcar cerca de 50%, Sociedade Financeira Portuguesa cerca de 20% (pertencentes por via da nacionalização ao Estado português), Grupo Cuca 20% (também nacionalizados, mas pelo Governo da RPA) e mais 10% de pequenos accionistas.

## Apelo a favor de Eduard Kuznetsov

PARIS (Do nosso correspondente José Alves) — Cento e 50 escritores de 14 países acabam de enviar ao secretário-geral da União dos Escritores Soviéticos, Gregory Markov, um apelo a favor de Eduard Kuznetsov, condenado em Dezembro de 1970 a 15 anos de trabalhos forçados. O escritor soviético foi preso em Junho de 1970 por ter planeado fugir da URSS num avião. Seis meses depois, era condenado a morte, bem como a 10 anos de prisão (pena separada) por possuir e ter distribuído livros interditos na União Soviética. As duas penas foram seguidamente transformadas numa de 15 anos de trabalhos forçados e Kuznetsov enviado para um campo de «regime especial». A iniciativa daquele apelo foi tomada pelos escritores Pierre Emmanuel (membro da Academia Francesa) e Heinrich Böll, que em vão tentaram avistar-se com o embaixador da URSS em França, Stepan Tchervonenko.

## 3+2 obras polémicas lançadas no Natal

TRÊS OBRAS irão dar que falar, brevemente, nos escaparates portugueses. A primeira é um livro de autoria do ex-ministro da Agricultura e Pescas, Lopes Cardoso, intitulado «Em defesa da Reforma Agrária». Será uma publicação da editora Abreu. Por seu lado, Francisco Ferreira (Chico da CLUF) tem pronto a sair «Álvaro Cunhal — herói soviético — subsídios para uma biografia», com um prefácio de José Augusto Seabra (edição do Autor).

Finalmente, Adriano Moreira, figura grada do regime anterior, publicará «O Novíssimo Príncipe».

Três obras a somar ao álbum do «Kafarnaum» e «Relatos da Clandestividade» — PCP visto por dentro» de Silva Marques, neste período festivo do Natal.

## Austeridade britânica: impostos e cortes nas despesas públicas

LONDRES (Da nossa correspondente, M. Teresa Guerreiro) — Ainda não se podiam avaliar totalmente hoje, quinta-feira, as reacções às medidas de austeridade, aqui conhecidas como «mini-orçamento», anunciadas ontem à noite pelo ministro Denis Healey e «oferecidas» ao FMI em troca do empréstimo pedido, e cuja concessão o ministro teve o prazer de também anunciar. As primeiras reacções, contudo, foram mistas, se bem que não se possa dizer que chegaram a extremos de aprovação ou desaprovação integrais. As medidas consistiram, essencialmente, numa série de cortes nas despesas públicas (subsídios de alimentação, programas de alojamento e defesa). Uma outra parece ter merecido um certo grau de aprovação — na base de «o menor dos males» — o facto de Healey ter optado por cortes nas despesas públicas, em vez de aumentar os impostos. A única excepção neste capítulo foi o aumento de 10% no imposto sobre as bebidas alcoólicas e o tabaco, deixando Healey aos consumidores a consolidação de os aumentos só entrarem em vigor depois da actual quadra festiva.

## A AIND e a isenção de portes de Correio

A DIRECÇÃO da AIND (Associação da Imprensa Não Diária) enviou um telegrama ao Ministério dos Transportes, Finanças e Secretaria de Estado da Comunicação Social a propósito do facto de terminar no próximo dia 31 de Dezembro a vantagem concedida a toda a imprensa na isenção de portes de Correio. No telegrama a AIND «insiste na necessidade da resolução definitiva do assunto para os próximos anos, conforme aliás foi permitido pelo Governo».

## Próximo EXPRESSO sai na 5.ª-Feira

EM VIRTUDE de a próxima sexta-feira ser véspera de Natal, o EXPRESSO da próxima semana será posto à venda quinta-feira de manhã.

# Será que o Orçamento passa mas o Plano não?

A POSSIBILIDADE de o Orçamento Geral do Estado para o ano de 77 ser aprovado, ficando "chumbado" o Plano para o mesmo ano é uma hipótese muito plausível para observadores políticos que têm acompanhado a atitude dos vários partidos com assento na Assembleia da República, e em particular o seu comportamento na Comissão Parlamentar que tem apreciado os dois documentos.

De facto, o PSD tudo indica que votará contra o Plano e o Orçamento, no termo do debate que terá lugar a partir da próxima terça-feira, depois do regresso a Lisboa do Primeiro Ministro Mário Soares, vindo do Brasil.

E provável que igual atitude venha a ser adoptada, por razões de fundo, pelo CDS.

Quando ao PCP, ele tem feito questão em separar as duas matérias, propondo concretamente a existência de duas leis de autorização, o que permitiria ao seu Partido votar a favor da Lei de Autorização do Orçamento, mas contra a Lei do Plano.

### Voto de protesto só amanhã

Entretanto, reunida ontem em S. Bento, a Assembleia da República continuou a apreciar, no período de Antes da Ordem do Dia, o voto de protesto apresentado pelo PSD contra a decisão de Mário Soares e Manuel Alegre de demitirem Carlos Sousa Brito e Luis Nandim de Carvalho, respectivamente dos cargos de Administrador da Sociedade proprietária do Século e de Director deste órgão de informação.

O único elemento novo de facto apresentado ao plenário foi uma cópia da acta da deliberação do Conselho de Administração, permitindo a reunião de Conselhos restritos formados apenas pelos Administradores de cada um dos dois jornais — Século e Diário Popular — com a correspondente delegação de poderes. Segundo o PS, que apresentou essa cópia, ela não estaria assinada pelos cinco administradores. Retorquiu o PSD, alegando a existência de um original, assinado por todos eles.

Esteve presente ao debate o Subsecretário de Estado, Soares Louro, que interviu. Designadamente, formulou perguntas ao deputado Luis Nandim de

Carvalho. Uma delas foi a de saber se o deputado considerava que o Governo fizera discriminação na concessão de avales ao Século e ao Diário de Notícias. Nandim de Carvalho respondeu que já tinha, em tempos, apresentado um requerimento a perguntar isso mesmo ao Governo, requerimento que até agora não fora respondido.

A questão deve ser votada hoje, esperando os observadores que o PCP e o CDS se abstenham, pelo que o voto será rejeitado pela diferença entre os grupos parlamentares socialista e social-democrata.

Na Ordem do Dia foi aprovado na generalidade, por unanimidade, um texto da Comissão Parlamentar de Libertades Direitos e Garantias, que substituiu uma proposta de lei apresentada pelo PSD sobre a interferência da Assembleia da República nos órgãos de comunicação estatizados. O texto baixou a Comissão para apreciação na especialidade.

Também foi debatida a proposta de lei autorizando o Governo a conceder o aval ao empréstimo externo à Empresa Pública de Electricidade de Portugal. Esteve presente o secretário de Estado das Finanças, Manuela Morgado.

## Resultados das freguesias hoje

O RESULTADOS das eleições de domingo passado no que se refere às juntas de freguesia deverão ser hoje divulgados aos órgãos de informação, após um processo de escrutínio e ordenamento que dura desde segunda-feira passada.

A informação foi ontem prestada ao EXPRESSO pelo Centro de Informática do Ministério da Justiça, no momento em que se procedia à impressão dos resultados finais apurados pelos serviços respectivos. Os resultados deveriam ser entregues ainda ontem ao STAPE, a quem compete a divulgação pública dos mesmos.

A divulgação dos resultados referentes às juntas de freguesia põe, assim, termo ao processo de escrutínio relativo às eleições do domingo passado, em que mais de 4 milhões de eleitores escolheram os seus representantes a nível municipal e paroquial. Segundo afirmações do Centro de Informática do MJ, não se verificou qualquer atraso no apuramento dos resultados finais, ao contrário de outras informações ontem transmitidas a este jornal, segundo as quais o processo estaria atrasado em virtude de deficiências registadas com o computador do Instituto Nacional de Estatística, para o qual teria transitado o escrutínio e o ordenamento dos resultados.

O informador do MJ afirmou ser aquele Centro de Informática estranho a qualquer anomalia desse género, eventualmente verificada no INE, salientando que, de qualquer forma, ela não poderia influir no apuramento dos resultados, que depende exclusivamente daquele Centro.

Por outro lado, acrescentou, o apuramento final relativo às juntas de freguesia vai ser divulgado com ligeiro avanço em relação ao "timing" previsto, já que as operações que conduzem ao estabelecimento dos resultados finais são relativamente mais complicadas do que as dos municípios e assembleias municipais, "dada a existência de listas não partidárias que, em alguns casos, obtiveram mandatos nas assembleias de freguesia".

Este esclarecimento vem, assim, segundo o prisma oficial, contrariar especulações que esta semana corriam em Lisboa, no sentido de que os resultados quase totais referentes às freguesias estariam prontos desde segunda ou terça-feira, mas que o Governo não quisera divulgá-los por lhe serem desfavoráveis.

## Adolfo Suarez sai mais forte do referendo

"O RESULTADO do referendo nacional para a reforma política, que teve lugar antontem em Espanha, em ambiente de certas liberdades, pela primeira vez desde há 40 anos, não podia resultar mais espectacular e favorável às expectativas do Governo", considera Manuel Franjul, correspondente do EXPRESSO em Madrid, que acrescenta: "num total de 22 925 262 cidadãos recenseados, verificaram-se apenas 2,6 votos negativos, correspondentes à clientela política do "bunker" da extrema-direita espanhola, que faz ao programa do Governo de Adolfo Suarez, passou à oposição com o slogan "Franco teria votado não". A oposição tinha optado por aconselhar a abstenção, e reivindicou 22,6 por cento de eleitores inscritos que não foram às urnas.

Os votos nulos e brancos somaram 3 por cento, sendo a afluência às urnas calculada em 77,4 por cento.

As três da madrugada de ontem, o Centro de Congressos e Exposições do Ministério da Informação e Turismo — a "Gulbenkian" madrileña — registava uma grande actividade. A essa hora, um milhar de jornalistas espanhóis, 260 enviados especiais de todo o mundo e 132 correspondentes estrangeiros acreditados na capital de Espanha, ouviram o ministro do Interior, Martín Villa, que aos jornalistas os resultados provisórios do "referendum", seguido simultaneamente em 100 ecrãs de televisão instalados na sala de imprensa. O ministro, com voz cansada, que traduzia a preocupação devida ao ultimato do GRAPQ quanto ao sequestro de Oriol, (ver páginas centrais) expressou a satisfação do Governo pelos animadores resultados do sim, ao mesmo tempo que se negava a fazer comentários de qualquer tipo acerca do ultimato dos sequestradores.

Por outro lado, e como reflexo da situação conflituosa que atravessa a região basca, a província de Guipuzcoa reflectiu o índice de abstenções mais alto, 55,1%.

Pelo seu lado, a oposição também se mostra satisfeita com a percentagem obtida — cerca de 22,6% de abstenções — considerando que não teve qualquer possibilidade para realizar uma campanha, sequer mínima, destinada a contrapor-se ao bombardeamento maciço da campanha oficial que pedia o "sim" (o próprio presidente do Governo, através de uma alocução a todo o País pelas câmaras de televisão,

rádio nacional, pediu oito vezes o "sim" durante o seu discurso). O PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) interpreta a maioria dos votos afirmativos como o resultado da campanha que utilizou "o aparelho propagandístico da ditadura franquista" para falsear as opções que realmente existiam, como uma clara escolha do povo espanhol entre o franquismo — que rechaçou clarissimamente, pois os seus representantes obtiveram um miserável 2,5% — e o reformismo conservador propagandeado pelo actual Governo.

O PSOE, nestas condições, nega que o reformismo tenha obtido com este "referendum" qualquer legitimidade democrática, por causa das perseguições de que a oposição foi objecto nas suas campanhas a favor da abstenção.

Por seu lado, Ruiz Gimenez, leader da esquerda democrática (ala esquerda da democracia cristã) interpretou os resultados como um desejo veemente do povo espanhol de emitir o seu voto e participar democraticamente na vida política do seu País, ao mesmo tempo que lamenta os métodos propagandísticos do Governo.

Tierno Galvan, (Presidente do Partido Socialista Popular) pensa, por seu turno, que o povo espanhol está desorientado e votou "sim" porque o seu voto era orientado pela gigantesca campanha do Governo — 1500 milhões de pesetas custou só o "referendum", dos quais 500 foram inteiramente consagrados à publicidade — que assim conseguiu o seu objectivo, Tierno pensa também — tal como muitos observadores que realizaram sondagens na rua — que o sequestro de Oriol favoreceu o "sim".

Neste sentido, convém não esquecer o discurso do Presidente Suarez. Horas antes da abertura das urnas, o presidente apareceu na TV, com grande tranquilidade, pediu um "sim" e rejeitou energeticamente os métodos terroristas dos sequestradores, aproveitando a ocasião para referir-se claramente às forças de ultradireita franquista, dizendo que "nos parece inaceitável que queiram capitalizar circunstâncias estratégicas circunstanciais contra o Governo, com falsas acusações de debilidade. Que ninguém interprete a serenidade como falta de decisão".

O discurso contribuiu, sem sombra de dúvidas, para serenar os ânimos e capitalizar o sequestro de Oriol em favor do voto afirmativo.

## Duas listas no CR e Eanes pede relatório sobre as BR

DUAS LEITURAS ligeiramente diversas da actual situação política portuguesa terão sido feitas na reunião de antontem do Conselho da Revolução, em que foi abordada a matéria na análise dos resultados das eleições locais.

Para a maioria dos conselheiros, esses resultados teriam revelado uma estabilidade apreciável do eleitorado português, demonstrando a existência de condições para a prossecução da orientação governativa já agora adoptada.

Para outros elementos, neles se incluindo o comandante Almeida e Costa, uma apreciação global da situação política portuguesa apresenta-se menos optimista, suscitando-se dúvidas sobre a capacidade governativa para enfrentar os graves problemas nacionais. Entretanto, o Conselho da Revolução debruçou-se sobre a

O "grande empréstimo" de 1,5 bilhões de dólares e as questões políticas que levanta

Pág. 17.

DESMONTAGEM DE UM LIVRO (E DE UM CASO): WALLRAFF ENGANOU SPÍNOLA MAS SPÍNOLA ENGANOU WALLRAFF

Pág. 5

## Eanes Soares e o 13.º mês

"NÃO HOUE quaisquer insistências de qualquer dos lados para não ser promulgado o decreto sobre o 13.º mês", foi esta a resposta da Presidência da República, por intermédio do seu Gabinete de Imprensa, a uma pergunta formulada pelo EXPRESSO sobre a intervenção do primeiro-ministro junto do general Eanes. A pergunta surgiu a propósito de especulações relativas a palavras de Mário Soares que poderiam deixar entender ter o primeiro-ministro pressionado o Presidente da República para que o decreto sobre a poupança forçada não viesse a ser promulgado. Na realidade, Mário Soares havia dito: "o projecto foi feito, como é normal para ser promulgado pelo Presidente da República, que, como é também normal, o submeteu ao Conselho da Revolução, que autorizou o Presidente da República a homologá-lo. O Presidente da República estava disposto a homologá-lo, ao contrário do que os jornais têm dito"... simplesmente, acrescentou Mário Soares, "como os partidos começaram a fazer uma propaganda contra o decreto-lei, entendi não dever expor o Presidente da República à situação de se pedir a ratificação do decreto-lei pela Assembleia e viem a arguir a sua inconstitucionalidade".

Junto de um membro do Conselho da Revolução, confirmamos que o problema da eventual inconstitucionalidade do diploma não foi arguido por este órgão.

## 4,5 milhões de contos em jogo MAP prepara relatório sobre crédito agrícola

O MINISTÉRIO DA Agricultura e Pescas está a preparar um extenso e exaustivo relatório sobre a situação global do crédito agrícola de emergência e a sua aplicação concreta, cujas conclusões deverão ser tornadas públicas ainda até ao fim desta semana. Trata-se de um trabalho de inventariação da situação real naquele domínio, tanto para a área de intervenção da reforma agrária como para as restantes zonas do país, iniciado após o termo da suspensão dos mecanismos de concessão daquele crédito por 10 dias, a fim de os respectivos beneficiários apresentarem as contas justificativas ao

MAP, e à decisão de extinção do grupo coordenador do Crédito Agrícola de Emergência que funcionava no IRA. Segundo informações recolhidas pelo EXPRESSO, o total do crédito agrícola concedido desde a sua criação, em Maio de 1975, até ao fim de Novembro passado montava já a um pouco mais de 4,5 milhões de contos (exactamente 4 559 092 contos). Era esse o efeito o valor global de avales prestados pelo IRA. Em fins de Setembro deste ano o montante global era de 3 244 334 contos (com vencimentos no último trimestre deste ano e ao longo de 1977), tendo já sido amortizados, até à altura, créditos no valor de 580 468 contos.

Tiragem média do mês de Novembro 72 425 exemplares

TISSOT SEASTAR

Um relógio automático com calendário e dia da semana

TISSOT

o relógio que conquistou o mundo inteiro

Continua na pág. 12

# Soares no Brasil Frieza da recepção não impede concretização de acordo

RIO DE JANEIRO (Do nosso correspondente) — Os dois encontros de trabalho com o Presidente Ernesto Geisel, facto inédito em promações deste género — servem para dar a medida da importância que o Governo brasileiro atribui à visita do Primeiro-ministro Mário Soares, a Brasília, e que se prolongará até ao dia 21, quando, de Salvador regressará a Lisboa.

Apesar dos dois encontros com Soares, o Governo brasileiro não dispensou ao Primeiro-Ministro português uma recepção tão festiva quanto a que costuma tributar aos visitantes amigos como a oferecida a Kissinger, por exemplo. O banquete que o Presidente brasileiro e o seu ministério ofereceram, antontem, à delegação portuguesa limitou-se a 106 pessoas, esgotan-

do-se, praticamente, no âmbito governamental, excluindo-se outras personalidades do mundo político, cultural e social.

No banquete, Geisel mencionou «satisfação» pela atitude correcta dos portugueses aqui radicados de não transferirem para o Brasil o debate de questões internas de seu país. Já para a recepção do Rio de Janeiro, onde serão «servidos» pratos típicos portugueses «bem económicos», Soares convidou pessoas ligadas aos mais diferentes campos, inclusivé Chico Duarque da Holanda.

«A descolonização só nos poderá aproximar ainda mais de países, como o Brasil, que é por essência anti-racista e anti-colonialista e que sempre tem procurado uma ordem internacional mais justa».

afirmou Soares em Brasília, ao fim do encontro de meia-hora no Palácio do Planalto, quando convidou o Presidente Geisel a visitar Portugal no próximo ano. Azeredo da Silveira interrompeu o diálogo para informar que o Presidente Ramalho Eanes deverá visitar, primeiro, o Brasil.

A absorção dos retornados em alguns estados terá sido o tema mais delicado das conversações de Brasília, dada a difícil situação económico-financeira que os dois países atravessam, além da abertura de uma linha de crédito de 50 milhões de dólares por parte do Brasil para que Portugal crie bens industriais-nacionais. Uma das dificuldades ao entendimento reside no projecto da UNIBANCO (União dos Bancos Brasileiros) e do Banco Português

Atlântico nacionalizado durante o Governo de Vasco Gonçalves, o qual possui acções do UNIBANCO e vice-versa. Pensam os negociadores em esquemas de compensação.

Outro problema é o da nacionalização dos Supermercados Pão de Açúcar. Também se trata de um problema de compensação ou devolução à iniciativa privada.

Três grupos mistos de trabalho estão encarregados de encaminhar as conversações técnicas feitas à margem da visita oficial: um sobre assuntos económicos; outro sobre temas culturais e o 3.º sobre questões políticas. Estes grupos estão encarregados da preparação do comunicado conjunto a ser lido hoje, em Brasília, relativamente ao que foi tratado entre os dois Governos.

# Caso Spínola/Wallraff: a cada vigário o seu conto

GÜNTER WALLRAFF ludibriado por António de Spínola e pelo MDLP: eis a imagem em negativo da ratoeira montada pelo jornalista alemão ao antigo Chefe de Estado português e à organização clandestina a que este presidiu durante o exílio. Para além de outros elementos que confirmam claramente esta hipótese, o documento que a concretiza com maior rigor é precisamente o livro-reportagem de Günter Wallraff, "A descoberta de uma conspiração — a acção Spínola", lançado esta semana em Lisboa com certo aparato rocamboloso que incluiu a detenção por polícias à paisana de um sócio do autor (no caso, um responsável da editora Bertrand, Eduardo Martins Soares) e a circulação de rumores segundo os quais automóveis de matrícula alemã estariam a ser cuidadosamente revistados na fronteira (o alvo das buscas seriam as famosas "cassettes" gravadas com as entrevistas feitas por Wallraff ao longo da sua investigação no interior da rede do MDLP, desde Braga a Dusseldorf).

Uma tempestade num copo de água? Pouco mais do que isso, com efeito. Só que, neste país, já se vai tornando habitual tomar a nuvem por Juno e encarar os fenómenos políticos como charadas policiais. E isto quer do ponto de vista dos que porventura temem as "revelações" de Wallraff, que pela parte dos que procuram utilizá-las. A este respeito, este caso, que tantos rios de tinta tem feito correr, parece verdadeiramente exemplar.

O logro fundamental em que caiu Wallraff reside num grosseiro equívoco de perspectiva quanto aos verdadeiros objectivos do encontro que lhe viria a ser proporcionado em Dusseldorf com António de Spínola, na sequência de contactos inicialmente estabelecidos em Portugal junto de elementos afectos ao MDLP.

Wallraff, utilizando a falsa entidade de agente de uma organização da extrema-direita alemã, consegue infiltrar-se no seio do MDLP e atingir com facilidade surpreendente — apenas na aparência, porém — os altos comandos do movimento com António de Spínola estarão presentes, na já célebre entrevista de Dusseldorf a 25 de Março deste ano, José Valle de Figueiredo e Luís Oliveira Dias. O jornalista alemão promete fornecer ajuda aos planos conspirativos do movimento chefiado por Spínola e dá a entender explicitamente que a sombra tutelar desse apoio é o líder democrata-cristão Franz-Josef Strauss. Os seus interlocutores — sem cuidarem de confirmar a autenticidade das credenciais de Wallraff — abrem de imediato o jogo, revelam os objectivos tácticos

e estratégicos da organização clandestina, citam números, nomes de confiança colocados nas mais altas instâncias do Poder e núcleos de apoio no interior das Forças Armadas. Ora admitindo a autenticidade dos diálogos travados entre Wallraff e aqueles dirigentes do MDLP (autenticidade que parece efectivamente comprovada o que imediatamente ressalta é o seu carácter quase surrealista. Por outro lado, uma organização clandestina que pretenda ser tomada minimamente a sério não dá de si mesma a imagem que é recolhida na reportagem de Wallraff: um presidente megalómano e senil (que insiste em contar anedotas disparatadas, que confunde datas como as de 25 de Novembro e 28 de Setembro, que faz conjecturas delirantes sobre a eliminação física dos comunistas e a extinção das "Brigadas Internacionais", só para citar alguns exemplos) e dois conselheiros que, entre outras coisas igualmente espantosas, entregam a Wallraff notas rudimentares (tanto quanto o são os apontamentos de uma dona de casa) sobre os custos financeiros dos planos que se propõem levar a cabo, nomeadamente a criação de um mirífico Instituto de Reconstrução Nacional (onde o que mais interessaria, segundo José Valle de Figueiredo, seria "disciplinas como estudos de comportamento de Konrad Lorenz e as novas teses sobre a ciência da hereditariedade, provenientes dos Estados Unidos").

Mas os aspectos mais rocambolosos dos diálogos de Wallraff com "quadros" e dirigentes do MDLP dizem respeito à estratégia da subversão armada do movimento e os seus objectivos. Assim, por exemplo, no Hotel Vermar da Póvoa do Varzim, um dos "chefes" locais da organização, o capitão Duarte, descreve, nestes termos, a estratégia da organização: "Tencionamos, numa primeira fase, armar mil homens, indivíduos com experiência de guerra, muitos ex-oficiais e ex-sargentos para além de alguns que estão agora nas Forças Armadas. Tudo está preparado e organizado. O Norte está calmo. O Centro e o Sul estão enquadrados. Não somos mercenários. Muitos de nós têm profissões normais. Se os recrutarmos, temos de garantir a sobrevivência das suas famílias. Por isso precisamos de dinheiro, não só para o apoio logístico, mas também para as famílias. Lutamos por uma causa justa. Quando tivermos resolvido aqui a situação a nosso favor, militar e politicamente, há que preparar o golpe nos Açores e na Madeira. Depois, queremos recubar Cabo Verde". Em contrapartida, em Dusseldorf, Spínola sugere, em termos como estes a

resolução do problema da entrada em Portugal das armas a fornecer pela organização fantasma de Wallraff:

"— Ou pelo mar, descarregando as armas no Algarve (ali já tenho uma hipótese), ou directamente através do Estado-Maior General das Forças Armadas."

E o diálogo prossegue. "Wallraff: — Mas o capitão Duarte propôs o fornecimento de armas pelo Norte do País.

Spínola (contrariado): — Pois claro, também pode ser pelo Norte, mas conheço melhor o Sul. Pode ser das duas maneiras. Outra hipótese seria o transporte aéreo controlado pelo Exército português. Oficialmente a carga seria destinada às Forças Armadas, ou à GNR, e depois... ficávamos nós com ela (ri-se)."

A acumulação de referências tão evidentemente absurdas como estas — que são uma tónica quase constante das conversas transcritas no livro de Wallraff — despertariam, no mínimo, a suspeita e a incredulidade em qualquer observador, ainda que completamente alheio à realidade política portuguesa. Wallraff assume, porém, um duplo papel de crédulo incondicional: enquanto actor de uma comédia e enquanto seu espectador. Para fazer valer a mercadoria-reportagem aos olhos do público que a vai consumir? É provável. Mas um dos aspectos mais reveladores deste livro será, precisamente, a total ausência de distância e capacidade analítica de Wallraff face às situações que descreve e do primarismo grosseiro da sua visão política, que mais não é, também aqui, do que o reverso do ponto de vista dos seus interlocutores: o mundo dividir-se-ia em "bons" e "maus" — comunistas e fascistas, conforme as perspectivas —, limitando-se o universo político a ser um cenário de conspirações e golpes permanentes e de sinal oposto.

## Spínola e o MDLP

No dia 25 de Março deste ano, quando Wallraff se encontra finalmente face a face com Spínola, o MDLP, enquanto organização clandestina, actuando no exterior das fronteiras portuguesas, pouco mais é do que um fantasma. Ultrapassada a conjuntura durante a qual o movimento tivera um papel importante no interior do País enquanto ferro de lança contra o bloco político e militar identificado com o PCP (ao longo do verão quente do ano passado), o 25 de Novembro — e isso é explicitamente referido por Spínola na sua conversa com Wallraff — não contemplaria, na relação de forças que dele imediatamente resultou, os objectivos estratégicos e tácticos do bloco militar afecto ao MDLP e forças civis apoiantes. Só que a confrontação de forças que anteriormente se fazia de fora para dentro — relativamente ao Poder — foi-se deslocando, posteriormente, para o interior desse Poder no seio da instituição militar e de que é expressão sintomática a clivagem progressiva entre os chamados "políticos" e os "operacionais" ilustrada através de alguns casos recentes. As ondas de atentados bombistas entretanto registadas tende a desafiar o equilíbrio da relação de forças militar.

O papel de Spínola e os elementos do MDLP no exterior torna-se, assim, cada vez mais apagado e irrelevante, quando não menos exclusivamente simbólico. Spínola, de resto, confirmada a sua desastrosa inaptidão política já antes do 28 de Setembro ver-se-ia marginalizado progressivamente não só pelas potências internacionais

como pelas forças internas (civis e militares) que nele haviam apostado no pós-25 de Abril; ei-lo, assim, no momento do seu encontro com Wallraff, praticamente reduzido a um círculo extremamente restrito de fiéis conhecidos pelas suas declarações de fé nazis como é o caso de José Valle de Figueiredo. Politicamente morto, mas incapaz de admitir o fim, Spínola e os seus incondicionais têm os reflexos característicos de muitos grupos marginais; quanto menos existem e menos apoios recebem mais necessitam de afirmar-se e exibir um poder e uma capacidade de intervenção que deixaram definitivamente de ter. O desespero segue de par com a paranoia ideológica de que o anticomunismo mais primário é expressão reveladora. E também aqui é significativo que aqueles que "resistem" ao lado de Spínola são os que se pretendem mais extremistas do ponto de vista ideológico e se manifestam incapazes de uma adaptação pragmática às regras normais do jogo político.

É assim que se irá desenrolar o fio da meada em que Wallraff — também ele um desesperado político, embora de sinal oposto — se deixará envolver, alimentando porém, a ilusão de que controla o curso dos acontecimentos. Os efeitos de representação funcionam nos dois sentidos: do MDLP em relação a Wallraff e de Wallraff em relação ao MDLP. Em Braga, onde quase as claras a organização actua beneficiando de protecções "antigas" e destacadas, um activista "lumpen", o "Corrécio", abre a Wallraff a primeira porta: os primeiros efeitos de representação reproduzem-se e ampliam-se reciprocamente. Wallraff vai ganhando credibilidade enquanto agente de uma organização de extrema-direita alemã que pretende apoiar a "cruzada anti-comunista". Em contrapartida, Wallraff julga-se na pista certa em direcção à "descoberta de uma conspiração" à desmontagem de uma "máquina infernal". As ilusões e os mitos de uns são a contrapartida das ilusões e os mitos de outros: Spínola e os seus incondicionais precisam de acreditar que existem e, mais prosaicamente, vêem-se cada vez mais desprovidos de apoio financeiro. Eis que surge um agente razoavelmente credenciado — é o suficiente. Como pouco têm já a perder e esconder — precisamente porque pouco já podem fazer — Spínola e os seus conselheiros representam o papel mais de acordo com os imperativos de sedução do benemérito: falam em nomes graúdos, avançam hipóteses mirabolantes para a entrada de armas e a criação de um aparelho de propaganda, congeminam e



ampliam planos e projectos — ficções para justificar o investimento mas, ao mesmo tempo, ficções com que alimentam a sua própria ilusão de desesperados. É aqui que os contos do vigário se cruzam: o de Wallraff e o de Spínola. Spínola toma Wallraff por um "agente amigo" disposto a apoiar a organização. Wallraff toma Spínola por um conspirador preparando meticulosamente um novo golpe de Estado. Para um ou para outro, a verosimilhança do papel representado pelo interlocutor pode ser total, uma vez que cada um deles abandonou já o terreno da realidade e mergulhou densamente, na vertigem da ideologia. A explicação última desta história exemplar remete-nos já para a psicanálise.

## Quem jogou com quem?

Para além do negócio (óbvio) que representa a cartada jornalística de Wallraff, o seu jogo será, no resto, inocente? O jornalista alemão chega a confessar — o que não abona muito a favor da sua isenção política — que a reportagem sobre a chamada "Acção Spínola" — pelo menos nas bases levará a um certo processo de unificação entre socialistas e comunistas". A orientação política com que Wallraff se identifica ou com que pelo menos joga abertamente é a do PCP e da antiga FUR. Por outro lado, as suas alegadas ligações ao minúsculo PC da RFA — que segue uma orientação afim à do PC português, de alinhamento incondicional com a URSS — poderiam justificar certos factos "insólitos" como a presença inusitada de Dias Lourenço, director do "Avante", no momento

preciso em que Wallraff fazia as suas "explosivas revelações" em território da Alemanha Federal. Tempos depois, a Imprensa afecta ao PCP — com destaque para "O Diário", jornal que Wallraff transcreve e cita com simpatia — daria o maior relevo à reportagem nas vésperas das eleições para Assembleia da República.

Significativamente, porém, o livro de Wallraff — é certo que em parte pela sua mediocridade — pode fornecer trunfos apreciáveis à direita portuguesa. Por um lado, porque desvia as atenções (ou desviou-as, pelo menos internacionalmente) das zonas onde hoje a incubação de um golpe militar beneficia de melhores condições, fazendo-as convergir sobre uma cadáver político chamado António de Spínola e uma organização quase fantasma. Por outro lado, porque faz deslocar para a área do sensacionalismo jornalístico e das curiosidades policíacas uma questão essencialmente política. E talvez seja precisamente por isso que a comédia policial de "A descoberta de uma conspiração" prossegue agora em torno do lançamento do livro em Portugal e da misteriosa ausência do seu autor, tomado inesperadamente por um sócio com a colaboração dos fotógrafos dos vespertinos que assim obtiveram uma história aos quadradinhos imprevisível para vender. Resta saber, porém, se a presença de agentes da polícia à paisana à saída da Casa da Imprensa no dia do lançamento do livro de Wallraff não constituirá um novo elemento a juntar às singulares peripécias deste caso, dadas as suas conotações com práticas anteriores ao 25 de Abril.

VICENTE JORGE SILVA